LEI Nº 1.773/2014 DE JUNHO DE 2014.

Certifico e dou fé que este ato foi publicado no placard da Prefeitura Municipal na presente data. Crixás-Go 16/06/14 Setor Administrativo

Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.015, dispõe sobre a elaboração da lei orçamentária e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRIXÁS, Estado de Goiás, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I

Art. 1º. São estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, do § 2º e caput do art. 110 da Constituição do Estado de Goiás e da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2.000, compreendendo:

I – As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – Orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2.015;

III – Estrutura e organização dos orçamentos;

IV – Diretrizes para execução do Orçamento do Município para 2015;

V – Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – Disposições sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;

VII – Critérios para contingenciamento de dotações;

VIII – Disposições sobre condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado ou da União;

IX – Disposições sobre transferências, concessão de subvenções e auxílios;

X – Disposições sobre alteração na legislação tributária;

XI – Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal, nele incluída a Câmara Municipal;

XII – Disposições sobre prestações de contas;

XIII – As disposições gerais.

DOS ANEXOS E METAS
Seção II

Art. 2º. O Município utilizando-se das prerrogativas do art. 63 da Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000, poderá optar por apresentar o disposto nos incisos I, II, III e §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. As prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2015 visa alcançar as metas especificas de cada programa e as seguintes:

I – Aumento de oferta de vagas na rede municipal de ensino;

II – Oferecer educação infantil em creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar para todas as crianças carentes;

III – Reduzir os índices de desnutrição e de mortalidade infantil;

IV – Intensificar as ações básicas de saúde através dos programas priorizados no Anexo;

V – Promover o desenvolvimento sócio-econômico, em articulação com os Governos Estadual e Federal, por meio das ações resultantes da implementação dos programas indicados no Anexo.

CAPITULO II
DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS
Seção Única

Art. 3º. Além das definições, termos e os conceitos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000, na Lei Federal nº. 4.320, de 17.03.64 e atualizações posteriores, para os efeitos desta lei entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

V – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

VI – Sub-função, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária considerar-se-á a classificação funcional programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril

de 1.999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Resolução Normativa n°. 007/08, de 24 de novembro de 2008, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º. As atividades, projetos e operações especiais identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam e terão histórico descritor para identificar a finalidade e a meta física.

§ 4º. A receita será classificada na conformidade do Anexo I e demais disposições da Portaria Interministerial nº. 163, de 04.05.2001, publicada no Diário Oficial da União, edição de 07.05.2001, atualizada pela Portaria STN n°. 245, de 27 de abril de 2007, publicada no D.O.U. de 30 de abril de 2007.

§ 5º. A despesa será classificada quanto à sua natureza, nos termos da Portaria Interministerial nº. 163/2001, por:

I – Categorias econômicas;

II – Grupos de despesa;

II – Elemento de despesa.

§ 6º. A classificação estabelecida no § 5º deste artigo será complementada pela informação gerencial denominada "modalidade de aplicação", da forma estabelecida no Anexo II da Portaria Interministerial nº. 163/2001.

§ 7º. A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos, entendidos estes como sendo o maior nível da classificação.

§ 8º. Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000, são considerados despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas leis nº. 8.883, de 08.06.94, nº. 9.648, de 27.05.98 e nº. 9.854, de 27.10.99.

CAPÍTULO III
DO ORÇAMENTO MUNICIPAL
Seção I
Do Equilíbrio

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2015 será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, consoante disposições da Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000, vedada á consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Seção II
Projeto de Lei Orçamentária

Art. 5º. O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2015 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000, com as disposições do § 5º, inciso I do art. 110 da Constituição do Estado de Goiás, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei e:

I – Será acompanhado de demonstrativo de efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária;

II – Compreenderá:

a) Orçamento fiscal dos Poderes Legislativo e Executivo, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município;

b) Orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

III – Conterá, ainda:

a) Demonstrativo de aplicação da receita de impostos, incluídas as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;

b) Demonstrativo de aplicação da receita de impostos aludidos no inciso III, do § 2º do art. 198 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 29/2000, em ações e serviços públicos de saúde;

c) Demonstrativo da evolução da receita nos últimos três anos;

d) Quadro de legislação da receita;

e) Tabela explicativa da evolução da despesa nos últimos três anos.

§ 1º. Não poderão ser incluídos na Lei Orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 2º. Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino fundamental.

§ 3º. O software de contabilidade que processará e registrará a execução orçamentária deverá:

I – Processar a contabilidade da Prefeitura em partidas dobradas nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado;

II – Possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados;

III – Atender a Lei 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;

IV – Processar a contabilidade e a execução orçamentária segundo as classificações estabelecidas:

a) Na Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001;

b) Na Portaria nº. 42, de 14 de maio de 1999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão.

Art. 6º. A proposta orçamentária para o exercício de 2015 a ser encaminhada ao Poder Legislativo será composta das seguintes peças:

I – Texto do projeto da Lei Orçamentária Anual;

II – Anexos;

a) Quadros e demonstrativos orçamentários consolidados;

b) Anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos termos da Lei 4.320/64, contendo funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais;

III – Mensagem contendo:

a) Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o desempenho da economia do Município;

b) Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;

c) Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;

§ 1º. O orçamento para 2015 conterá reserva de contingência não inferior a 1% (um por cento) da receita corrente liquida;

§ 2º. A elaboração do projeto e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o principio da publicidade constante do art. 37 da Constituição Federal, mediante publicação nos termos do inciso III do art. 77 da Constituição do Estado de Goiás;

I – Pelo Poder Executivo:

a) Das estimativas das receitas de que trata o art. 12 da Lei Complementar à Constituição Federal nº. 101/2000;

b) Da proposta orçamentária e seus anexos;

c) Da Lei Orçamentária Anual.

II – Pela Câmara Municipal, do Parecer da Comissão com seus anexos.

§ 3º. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional.

§ 4º. Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2014 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º. As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente.

§ 6º. Para atender as disposições contidas no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº. 101/2000 deverá ser criado nas unidades especificas programas denominados "Outras Despesas de Pessoal – Terceirização de Mão-de-Obra".

§ 7º. Serão incluídas dotações destinadas à contrapartida de projetos a serem executados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União.

§ 8º. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 poderão constar as seguintes autorizações:

I. Para abertura de créditos suplementares:

a) Até o limite de 80% do valor total do orçamento, com indicação de qualquer dos recursos definidos no artigo 42 da Lei 4.320/64;

II. Para realocação de Fontes de Recursos Orçamentários no âmbito da Administração Direta, Administração Indireta e Fundos Especiais, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários nos termos do Artigo 167, VI da CF:

a) Até o limite de 80% do valor total do orçamento fixado para o exercício de 2.014.

§ 9º. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

DAS ALTERAÇÕES
Seção III

Art. 7º. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual ou do plano plurianual, enquanto não iniciada a votação, na Comissão específica.

Art. 8º. As alterações decorrentes de abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS
Seção Única
Da Receita Municipal

Art. 9º. A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, observadas as disposições do art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:

I – Efeitos decorrentes de alterações na legislação;

II – Variações de índices de preços;

III – Crescimento econômico;

IV – Evolução da receita nos últimos três anos.

§ 2º. A re-estimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 10. A concessão de incentivo ou beneficio fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL
Seção Única

Art. 11. Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos arts. 18 a 23 e demais disposições da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 12. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária do mês, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas correntes liquidas e das despesas total de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal, consoante regulamentação pertinente.

§ 1º. Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entende-se como despesas de pessoal: o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandatos efetivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsidio, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidades de previdência.

§ 2º. As despesas de pessoal, para atendimento das disposições legais citadas, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referencia com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º. Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§ 1º e 2º deste artigo, bem como processar os demonstrativos estabelecidos nas portarias ministeriais e nas resoluções regulamentadoras emitidas pelo Tribunal de Contas.

Art. 13. Para atendimento das disposições do art. 22º da Lei Federal nº. 11.494, de 20.06.07, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos professores de magistério.

Art. 14. A revisão da remuneração dos servidores e o subsidio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/98, para o exercício de 2015, será autorizada por lei especifica observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 1º. Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que implique em aumento de despesas com pessoal, respeitados os limites legais.

§ 2º. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores.

§ 3º. Para fins de atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, funções, alterações na estrutura de carreira, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer titulo, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 15. Deverá ser consignada dotação orçamentária distinta destinada ao custeio das despesas com pessoal de magistério com recursos do FUNDEB, para movimentação dos 60% (sessenta por cento) das transferências feitas à conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Parágrafo único. O Poder Executivo emitirá balancetes financeiros mensais dos recursos do FUNDEB, de modo a evidenciar receitas, despesas e saldos.

CAPÍTULO VI
DAS TRANSFERÊNCIAS, DOTAÇÕES, SUBVENÇÕES E PROGRAMAS CULTURAIS

Seção I
Repasse de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 16. Os repasses ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, através de suprimento de fundos, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, devendo o controle interno da Câmara Municipal, encaminhar os balancetes orçamentários ao Poder Executivo, até o vigésimo dia útil do mês subseqüente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal.

Seção II
Geração de Despesas com Ações e Serviços de Outros Governos

Art. 17. O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades do Estado ou da União para cooperação técnica e financeira, na forma da Lei, bem como incluir dotações especificas para custeio de despesas resultantes destes convênios no orçamento de 2015.

Seção III
Repasses a Instituições Privadas

Art. 18. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2015, bem como em suas alterações, dotações a titulo de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a titulo de subvenções sociais e sua concessão dependerá:

I – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – De lei especifica, autorizativa da subvenção;

III – Da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia do mês de janeiro do exercício subseqüente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/98 e das disposições do § 3º, art. 3º da Resolução nº. 008/2001, de 21.12.01, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

IV – Da comprovação, por parte da instituição, do seu regular financiamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V – Da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2014;

VI – Da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;

VII – De não encontrar-se em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo;

§ 1º. Integrará o convênio, que formalizará a subvenção, plano de aplicação, consoante disposição do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e atualizações posteriores.

§ 2º. Não constarão na proposta orçamentária para o exercício de 2.015, dotações para as entidades que não atenderam ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

§ 3º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer titulo submeter-se à fiscalização com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 19. Constará do orçamento dotações destinadas a doações, implantação e manutenção de programas assistenciais, ficando à concessão subordinada as regras e critérios estabelecidos em lei especifica.

Seção IV
Dos Programas Culturais

Art. 20. Constará do orçamento para 2.014 dotações destinadas ao patrocínio e a realização de festividades cívicas, folclóricas e outras manifestações culturais.

CAPÍTULO VII
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Seção Única
Disposições Gerais

Art. 21. Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, permitida a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

I – Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Proveniente de excesso de arrecadação;

III – Resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – Produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realiza-las;

V – Proveniente de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI – Transferências voluntárias para realização de obras ou ações especificas, resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos.

§ 2º. As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

§ 3º. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentados com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

§ 4º. Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício poderão ser reabertos até o limite de seus saldos e incorporados

ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 5º. Na hipótese de haver sido autorizado crédito especial na forma do § 4º deste artigo, até 31 de janeiro de 2015 serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e seus unidades, a nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2014.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2015, em favor de órgãos extintos por lei especifica no decorrer do exercício.

Art. 23. O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá atender, no prazo de sete dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

CAPÍTULO VIII
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS E DA FISCALIZAÇÃO

Seção I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 24. O Poder Executivo demonstrará, quadrimestralmente, nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000:

I – A aplicação da receita corrente liquida com despesas de pessoal;

II – A apuração da dívida consolidada do Município;

III – O Relatório de Gestão Fiscal;

IV – O Relatório Resumido de Execução Orçamentária, objeto do art. 53 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Seção II
Do Contingenciamento de Despesas

Art. 25. Se verificado no final de um bimestre, que a realização de receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em percentuais proporcionais as necessidades, conforme justificativa do ato especifico.

§ 1º. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista no bimestre.

§ 2º. As despesas com pessoal e encargos, bem como para o pagamento do principal e encargos da dívida pública não são objetos de limitação.

Art. 26. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou seja, receita arrecadada até o bimestre inferior à previsão aplica-se a norma do art. 27 desta Lei.

Seção III
Do Controle Interno

Art. 27. O controle interno será exercido com o auxilio dos serviços de contabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme arts. 70 a 75 da Constituição Federal e demais disposições da Lei Complementar nº. 101/2000 e da Lei Federal nº. 4.320, de 17.03.64.

Parágrafo único. Poderá haver contratação de assessorias e consultorias técnicas para orientação e aperfeiçoamento do sistema de controle interno e de outras áreas da administração municipal.

CAPITULO IX
DAS VEDAÇÕES
Seção Única
Disposições Gerais

Art. 28. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer titulo, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Art. 29. São vedados:

I – O inicio de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;

III – A abertura de créditos suplementar ou especial sem previa autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

IV – A inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;

V – A movimentação de recursos em conta única sem a existência de regulamento especifico aprovado por lei e sem que o instrumento de contrato firmado ente o Município e instituição financeira disponha sobre a fiel obediência, pelo banco contratado, das normas de controle interno e movimentação estabelecidas no respectivo regulamento;

VI – A movimentação de recursos oriundos de convênios em conta que não seja especifica;

VII – a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para conta única;

VIII – A aplicação de recursos proveniente de receita de capital derivada da alienação de bens para pagamento de despesas correntes;

IX – A assunção de obrigação, sem dotação orçamentária, com fornecedores para pagamento a posterior de bens ou serviços.

§ 1º. Quando da geração de despesa nova a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para atendimento das disposições dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 2º. Excetua-se da exigência do § 1º deste artigo as despesas consideradas irrelevantes, na forma do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000 e do § 8º do art. 3º desta Lei.

§ 3º. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dividas com o INSS, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água e energia elétrica, obedecida a legislação pertinente.

CAPÍTULO X
DAS DÍVIDAS
Seção I
DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Subseção I
Dos Precatórios

Art. 30. Será consignada, no orçamento para o exercício de 2015, dotação especifica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2.013, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2.015, conforme determina o art. 100, §§ 1º ao 5º, da Constituição

Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 30, de 13.09.2000, inclusive quanto ás dotações serem consignadas ao Poder Judiciário.

§ 2º. O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguido a ordem cronológica de suas exigências, através do serviço de contabilidade.

Subseção II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 31. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 32. O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá às disposições da Lei Complementar nº. 101/2000 e do respectivo instrumento de confissão, ajuste ou contrato de parcelamento.

Art. 33. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada deverão ser autorizadas pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO XI
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção Única
Disposições Gerais

Art. 34. A inclusão de novos projetos no Plano Plurianual 2014-2016 dependerá de Lei específica.

Parágrafo único. Poderá constar do projeto de lei orçamentária a programação constante de proposta de alterações no Plano Plurianual que tenha sido objeto de projeto de lei especifica.

Art. 35. Não poderão ser incluídos novos projetos no plano plurianual com recursos decorrentes de anulação de projetos em andamento.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I
Dos Prazos

Art. 36. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2.015 será entregue ao Poder Legislativo até três meses antes do encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento das sessões legislativas, relativas ao exercício de 2.014.

Parágrafo único. Caso o Projeto da Lei Orçamentária não seja aprovado até o dia 31 de dezembro de 2014, à sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (**um doze avos**) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 37. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2015, será entregue ao Poder Executivo até 31 de julho de 2014 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária referida no art. 42 desta Lei.

Seção II
Alterações na Legislação Tributária

Art. 38. Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2015, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até o final do ano de 2014.

Seção III
Das Disposições Gerais

Art. 39. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, programação de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização no âmbito do Município, de atividades e serviços cujas despesas são próprias de outros governos.

Art. 40. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

I – Ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2014, junto à Secretaria de Finanças;

II – Ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão obrigatoriamente a fonte de recursos e atenderão as demais exigências legais.

Art. 41. A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na Lei Orçamentária Anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal, e ainda nas Resoluções especificas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Art. 42. A prestação de contas do exercício anterior (Balanço Geral) será elaborada e entregue ao Poder Legislativo até 45 (quarenta e cinco) dias após a abertura das Sessões Legislativas do exercício de 2.015, para que seja enviada ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, para efeito de parecer prévio.

Art. 43. Até 30 de abril de 2015 o Poder Executivo encaminhará a União Federal, por meio eletrônico, as peças da prestação de contas do exercício anterior, consoante regulamento em vigor.

Art. 44. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CRIXÁS – ESTADO DE GOIÁS, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2014.

ORLANDO SILVA NAZIOZENO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS

Adm. 2013 / 2016

ESTADO DE GOIÁS

MUNICIPIO DE CRIXÁS

ANEXO L.D.O.

2015

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA		VALOR ORÇADO
01 - LEGISLATIVA		
031 - Acao Legislativa		
1 - CAMARA		
1.001 - REFORMA E AMPL. DO PREDIO DA CAMARA		156.000,00
2.001 - MANUTENÇAO DA CAMARA MUNICIPA		2.227.000,00
1.054 - AQUISICAO DE VEICULO DE REPRESENTACAO		50.000,00
	TOTAL CAMARA	2.433.000,00
	TOTAL Acao Legislativa	2.433.000,00
843 - Servico da Divida Interna		
1 - CAMARA		
2.002 - ENCARGOS DA CAMARA MUNICIPAL		17.000,00
	TOTAL CAMARA	17.000,00
	TOTAL Servico da Divida Interna	17.000,00
	TOTAL LEGISLATIVA	2.450.000,00
02 - JUDICIARIA		
061 - Acao Judiciaria		
2 - CONTROLE DAS ATIVIDADES JUDICIARIAS		
2.005 - MANUT. DAS ATIVID. JUDICIARIAS		57.000,00
	TOTAL CONTROLE DAS ATIVIDADES JUDICIARIAS	57.000,00
	TOTAL Acao Judiciaria	57.000,00
	TOTAL JUDICIARIA	57.000,00
04 - ADMINISTRACAO		
122 - Administracao Geral		
3 - COORDENAÇAO E SUPERVISAO DO G		
2.003 - MANUT. DO GAB DO PREFEITO		783.000,00
2.008 - RECEPÇOES, FESTIVIDADES E HOMENAGENS		166.000,00
	TOTAL COORDENAÇAO E SUPERVISAO DO G	949.000,00
36 - CONTROLE E AUXILIO DE ORGAOS DA ADMINISTRACAO		
2.072 - MANUTENÇAO DA SECRETARIA EXTRORDINARIA		108.000,00
	TOTAL CONTROLE E AUXILIO DE ORGAOS DA ADMINISTRACAO	108.000,00

ESTADO DE GOIÁS
MUNICIPIO DE CRIXÁS
ANEXO L.D.O.
2015

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA		VALOR ORÇADO
04 - ADMINISTRACAO		
122 - Administracao Geral		
4 - APRIM. E MODERNIZ. GESTAO ADMINI		
1.011 - REF. E/OU AMPLIA. PREDIO PREFEITURA		59.500,00
1.031 - AQUISIÇAO DE IMOVEIS		22.000,00
1.048 - AQUIS. VEICULO P/ SEC. PLANEJ. GOV		57.000,00
2.006 - CONTRUBIÇÕES À ASSOCIAÇÕES		95.000,00
2.007 - MANUT. DA SECRE. PLANEJ. GOV. E ADMINISTRACAO		2.341.000,00
2.078 - FORMAÇAO E CAPACIT. DE SERV. PUBLICOS		33.000,00
1.062 - MANUTENCAO DE CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS		20.000,00
1.064 - MANUTENCAO DE DIARIO OFICIAL ELETRONICO		3.000,00
	TOTAL APRIM. E MODERNIZ. GESTAO ADMINI	2.630.500,00
	TOTAL Administracao Geral	3.687.500,00
123 - Administracao Financeira		
6 - APOIO AO SISTEMA FINANCEIRO E CO		
2.014 - MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS		889.000,00
	TOTAL APOIO AO SISTEMA FINANCEIRO E CO	889.000,00
8 - ENCARGOS C/ DIVIDAS DO MUNICIPIO		
2.015 - AMORTIZAÇÃO ENCAR. DIVIDAS DO MUNIPIO		685.000,00
	TOTAL ENCARGOS C/ DIVIDAS DO MUNICIPIO	685.000,00
	TOTAL Administracao Financeira	1.574.000,00
124 - Controle Externo		
4 - APRIM. E MODERNIZ. GESTAO ADMINI		
2.004 - MANUTENÇAO DO CONTROLE INTERNO		75.000,00
	TOTAL APRIM. E MODERNIZ. GESTAO ADMINI	75.000,00
	TOTAL Controle Externo	75.000,00
	TOTAL ADMINISTRACAO	5.336.500,00
05 - DEFESA NACIONAL		
153 - Defesa Terrestre		
5 - ENCARGOS GERAIS C/ SEGURANÇA PUBLICA		
2.013 - MANUT DA JUNTA DO SERVIÇO MILITA		6.000,00
	TOTAL ENCARGOS GERAIS C/ SEGURANÇA PUBLICA	6.000,00
	TOTAL Defesa Terrestre	6.000,00
	TOTAL DEFESA NACIONAL	6.000,00

ESTADO DE GOIÁS
MUNICIPIO DE CRIXÁS
ANEXO L.D.O.
2015

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
06 - SEGURANCA PUBLICA	
181 - Policiamento	
5 - ENCARGOS GERAIS C/ SEGURANÇA PUBLICA	
1.002 - CONST. E/OU REF. PREDIO P/ SEG. PUBLICA	67.000,00
2.012 - MANUT DA SEGURANÇA PUBLICA	245.000,00
TOTAL ENCARGOS GERAIS C/ SEGURANÇA PUBLICA	312.000,00
TOTAL Policiamento	312.000,00
TOTAL SEGURANCA PUBLICA	312.000,00
08 - ASSITENCIA SOCIAL	
242 - Assistencia ao Portador Deficiencia	
38 - APOIO FINANCEIRO A APAE DE CRIXA	
2.080 - TRANSF RECURSOS MANUT. APAE CONVENIO	56.000,00
TOTAL APOIO FINANCEIRO A APAE DE CRIXA	56.000,00
TOTAL Assistencia ao Portador Deficiencia	56.000,00
243 - Assist.a Crianca e ao Adolescente	
29 - MELHORIA DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	
2.062 - MANUT. DO S.C.F.V. API E PAC	310.000,00
2.063 - MANUT.CONS. TUTELAR CRINAÇ E ADOLESCENTE	112.000,00
TOTAL MELHORIA DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	422.000,00
35 - DESPESAS COM O FMDCA	
2.068 - MANUT ATIV PROGRAMAS DO FMDCA	142.000,00
1.063 - AQUISICAO DE VEICULO FMDCA	10.000,00
TOTAL DESPESAS COM O FMDCA	152.000,00
39 - MANUTENCAO DO FMDCA	
2.091 - MANUTENCAO FMDCA	35.500,00
TOTAL MANUTENCAO DO FMDCA	35.500,00
TOTAL Assist.a Crianca e ao Adolescente	609.500,00
244 - Assistencia Comunitaria	
28 - AMPARO A CRIANÇA CARENTE E AO ID	
2.084 - MANUTENÇAO DO PROJETO CONVIVE	150.000,00
TOTAL AMPARO A CRIANÇA CARENTE E AO ID	150.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
08 - ASSITENCIA SOCIAL	
244 - Assistencia Comunitaria	
29 - MELHORIA DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	
1.027 - CONST. E/OU AMPLI. ABRIGO P/ IDOSO	45.000,00
1.039 - AQUIS. VEICULOS E EQUIP. P/ ASSIST.	17.000,00
1.043 - CONSTRUÇAO DE CASAS POPULARES	444.000,00
2.057 - MANUT. DO FMAS	1.144.000,00
2.059 - AUX. FINAN. DOAÇOES MAT.E MED. P/ CARENTES	66.000,00
2.064 - MANUT. DE CASA DE APOIO	79.000,00
2.082 - MANUT. DAS ATIVIDADES CREAS	96.000,00
2.083 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO CRAS	210.000,00
2.085 - MANUT. PROGRAMA BOLSA FAMILIA	45.000,00
2.089 - MANUTENCAO CONVENIO IGD/ IGD SUAS	54.000,00
2.090 - MANUTENCAO DO PROJETO MENOR APRENDIZ	31.000,00
TOTAL MELHORIA DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	2.231.000,00
TOTAL Assistencia Comunitaria	2.381.000,00
TOTAL ASSITENCIA SOCIAL	3.046.500,00
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	
271 - Previdencia Basica	
30 - PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR PROPRIO	
2.055 - MANUT. DO I.P.S.M.C.	1.897.000,00
TOTAL PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR PROPRIO	1.897.000,00
TOTAL Previdencia Basica	1.897.000,00
TOTAL PREVIDENCIA SOCIAL	1.897.000,00
10 - SAUDE	
301 - Atencao Basica	
26 - MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	
1.053 - CONSTRUCAO DE ACADEMIA DA SAUDE	50.000,00
TOTAL MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	50.000,00
TOTAL Atencao Basica	50.000,00
302 - Assistencia Hospitalar e Ambulator.	
20 - MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	
2.030 - MANUT SECRET. DE SAUDE	61.000,00
TOTAL MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	61.000,00

ESTADO DE GOIÁS
MUNICIPIO DE CRIXÁS
ANEXO L.D.O.
2015

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
10 - SAUDE	
302 - Assistencia Hospitalar e Ambulator.	
21 - SAUDE DO CIDADAO	
2.048 - MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.481.000,00
2.051 - MANUT.SERVIÇOS E UNIDADES DE SAUDE BASICA	2.441.000,00
2.081 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO SAMU	168.000,00
1.052 - AQUISICAO DE TERRENO	10.000,00
TOTAL SAUDE DO CIDADAO	7.100.000,00
26 - MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	
1.025 - AQUISIÇAO DE VEICULOS P/ SAUDE	111.000,00
1.026 - CONST AMP HOSPITAL, E POSTOS DE SAUDE	77.000,00
1.046 - CONSTRUÇAO DE MODULOS SANITARIOS	56.000,00
1.047 - CONSTRUÇAO DE UNIDADES DE SAUDE	55.000,00
2.071 - MANUT. DO PROGRAMA MAC/AIH	146.000,00
2.074 - MANUTENÇAO DE CENTRO ODONTOLOGICO	479.000,00
1.051 - CONSTRUCAO DE CENTRO ODONTOLOGICO	20.000,00
TOTAL MELHORIA DO SISTEMA DE SAUDE MU	944.000,00
TOTAL Assistencia Hospitalar e Ambulator.	8.105.000,00
304 - Vigilancia Sanitaria	
21 - SAUDE DO CIDADAO	
2.052 - MANUT. DO NUCLEO DE VIGILANCIA SANITÁRIA	120.000,00
TOTAL SAUDE DO CIDADAO	120.000,00
27 - CONSTRUÇAO DE ATERRO SANITÁRIO	
1.029 - CONSTRUÇAO DE ATERRO SANITÁRIO	89.000,00
TOTAL CONSTRUÇAO DE ATERRO SANITÁRIO	89.000,00
TOTAL Vigilancia Sanitaria	209.000,00
305 - Vigilancia Epidemiologica	
21 - SAUDE DO CIDADAO	
2.053 - MANUT.PROG. DE COMBATE A DENGUE	176.000,00
TOTAL SAUDE DO CIDADAO	176.000,00
TOTAL Vigilancia Epidemiologica	176.000,00
TOTAL SAUDE	8.540.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
11 - TRABALHO	
331 - Protecao e Beneficios Trabalhador	
32 - PROGRAM INCENT. PROTEÇAO DO TRABALHADOR	
2.060 - ENCARGOS COM O PASEP	278.000,00
TOTAL PROGRAM INCENT. PROTEÇAO DO TRABALHADOR	278.000,00
TOTAL Protecao e Beneficios Trabalhador	278.000,00
TOTAL TRABALHO	278.000,00
12 - EDUCACAO	
122 - Administracao Geral	
10 - IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	
2.016 - MANUT. DE CONSELHO DA EDUCAÇAO	5.000,00
TOTAL IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	5.000,00
TOTAL Administracao Geral	5.000,00
306 - Alimentacao e Nutricao	
10 - IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	
2.017 - MANUTENÇAO DA MERENDA ESCOLAR	695.000,00
2.075 - MANUTENÇAO DO P.N.A.C.	115.000,00
TOTAL IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	810.000,00
TOTAL Alimentacao e Nutricao	810.000,00
361 - Ensino Fundamental	
10 - IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	
1.004 - CONST. E/OU AMPLI.UNID ESCOLARES	256.000,00
1.005 - CONST. PARQUE INFANTIL EM UNID. ESCOLARES	45.000,00
1.006 - AQUISIÇAO DE VEICULO P/ EDUCACAO	445.000,00
1.009 - AQUIS. DE EQUIP. P/ FANFARRAS	17.000,00
1.010 - AQUIS TERRENOS P/ EDUCACAO	22.000,00
2.018 - MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.407.000,00
2.022 - MANUT DO TRANSP. ESCOLAR	2.001.000,00
TOTAL IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	8.193.000,00
23 - IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	
1.040 - OBRAS E EQUIPAMENTOS DO FUNDEB	122.000,00
2.047 - MANUTENÇAO DO F.U.N.D.E.B.	5.429.000,00
TOTAL IMPLANTAÇAO DE EDUCAÇAO COM Q	5.551.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA		VALOR ORÇADO
12 - EDUCACAO		
361 - Ensino Fundamental		
31 - ENCARGOS C/ DIVIDAS DO MUNICIPIO		
2.015 - PAGAMENTO DE DIVIDAS DO FUNDEB		
	TOTAL ENCARGOS C/ DIVIDAS DO MUNICIPIO	0,00
	TOTAL Ensino Fundamental	13.744.000,00
364 - Ensino Superior		
13 - APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRI		
2.021 - MANUTENÇAO DO ENSINO SUPERIOR		203.000,00
	TOTAL APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRI	203.000,00
	TOTAL Ensino Superior	203.000,00
365 - Educacao Infantil		
11 - APOIO A EDUCAÇAO INFANTIL		
2.019 - MANUT. ENSINO PRÉ-ESCOLAR		153.000,00
1.028 - CONSTRUCAO REF. AMPL. CRECHES		100.000,00
2.086 - MANUTENCAO DA CRECHE		101.000,00
	TOTAL APOIO A EDUCAÇAO INFANTIL	354.000,00
	TOTAL Educacao Infantil	354.000,00
366 - Educacao de Jovens e Adultos		
12 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL		
2.020 - MANUT ENS. P/ JOVENS E ADULTOS		56.000,00
	TOTAL APOIO AO ENSINO ESPECIAL	56.000,00
	TOTAL Educacao de Jovens e Adultos	56.000,00
367 - Educacao Especial		
12 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL		
2.023 - MANUTENÇAO DO ENSINO ESPECIAL		28.000,00
	TOTAL APOIO AO ENSINO ESPECIAL	28.000,00
	TOTAL Educacao Especial	28.000,00
	TOTAL EDUCACAO	15.200.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
13 - CULTURA	
392 - Difusao Cultural	
14 - PROG. APOIO A CULTURA E TURISMO	
1.003 - CONST. E/OU REFOR. BIBLIOTECA PUBLICA	39.000,00
1.038 - AQUISIÇAO E RESTOUR. DE CASA ANTIGAS	33.000,00
1.044 - AQUISIÇAO DE VEICULO / SECRET. CULTURA	76.000,00
2.024 - MANUTENÇAO DE BIBLIOTECA PUBLICA	256.000,00
2.046 - MANUT. DA SECRET. DE CULTURA	118.000,00
2.067 - MANUT. ATIVIDADES FESTA DO PEQUI	101.000,00
2.069 - MANUT. FESTIVIDADAS CAVALHADAS	50.000,00
2.088 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FOLCLORICAS	
TOTAL PROG. APOIO A CULTURA E TURISMO	673.000,00
TOTAL Difusao Cultural	673.000,00
TOTAL CULTURA	673.000,00
15 - URBANISMO	
451 - Infra-Estrutura Urbana	
16 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	
1.035 - CONST. REF. E/OU AMPL. DE PREDIOS	78.000,00
TOTAL SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	78.000,00
19 - MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	
1.012 - AQUIS. VEICULOS, MAQ. P/ LIMPEZA PUBLICA	100.000,00
1.014 - CONST.MEIO FIO, SARJ E PASSARELA	111.000,00
1.015 - CONSTR. DE CALÇADAO C/ ILUMINAÇAO	100.000,00
1.021 - AQUIS. VEICUL, MÁQ. P/ INFRA ESTRUTURA	100.000,00
1.024 - PAVIMEN RECUPER. VIAS URBANAS	200.000,00
TOTAL MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	611.000,00
TOTAL Infra-Estrutura Urbana	689.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
15 - URBANISMO	
452 - Servicos Urbanos	
16 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	
1.018 - CONST. REFORMA E AMPLIACAO DE CEMITÉRIOS	11.000,00
1.019 - CONST. PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	22.000,00
2.025 - MANUT. DA SECRET. DE INFRA ESTRUTURA	1.866.000,00
2.026 - MANUT. DOS SERV DE LIMP PUBLICA	2.137.000,00
2.028 - MANUTENÇAO DE CEMITÉRIOS	29.000,00
2.029 - MANUT. DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	93.000,00
2.077 - MANUT. DEPARTAM. DE TRANSITO MUNICIPAL	176.000,00
1.055 - CONSTRUCAO DE SALA PARA VELORIOS	10.000,00
1.056 - CONSTR. DE GALERIAS PLUVIAIS	20.000,00
1.057 - AQUISICAO DE VEICULO DEP. MUN. DE TRANSITO	10.000,00
TOTAL SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	4.374.000,00
19 - MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	
1.041 - REF.E AMPLIAÇAO DE LAGO	111.000,00
1.042 - AQUISIÇAO IMOVEIS	22.000,00
1.045 - AQUIS VEICULO MAQUINAS P/ S.O.S.U	255.000,00
1.049 - OBRAS DE CONTENSAO DE EROSOES	44.000,00
1.050 - CONSTRUÇAO DE BANHEIROS PUBLICOS	50.000,00
2.070 - MANUT. SECRET OBRAS E SERVIÇOS	739.000,00
1.043 - CONSTRUÇAO DE CASAS POPULARES	
TOTAL MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	1.221.000,00
TOTAL Servicos Urbanos	5.595.000,00
TOTAL URBANISMO	6.284.000,00
17 - SANEAMENTO	
512 - Saneamento Baisco Urbano	
22 - SANEAMENTO BASICO URBANO	
1.013 - CONST. REDE ESG GALER PLUVIAIS	56.000,00
TOTAL SANEAMENTO BASICO URBANO	56.000,00
TOTAL Saneamento Baisco Urbano	56.000,00
TOTAL SANEAMENTO	56.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS
CRIXÁS DE TODOS NÓS
Adm. 2013 / 2016

R$ 1,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA		VALOR ORÇADO
18 - GESTAO AMBIENTAL		
541 - Preservacao e Conservacao Ambiental		
17 - MELHORIAS P/ O MEIO AMBIENTE		166.000,00
1.037 - CANALIZAÇÃO DE LEITOS DE AGUAS		397.000,00
2.037 - MANUT. E CONSERVÇAO DO MEIO AMBIENTE		56.000,00
2.043 - MANUTENCAO DE MICRO BACIAS		
	TOTAL MELHORIAS P/ O MEIO AMBIENTE	619.000,00
	TOTAL Preservacao e Conservacao Ambiental	619.000,00
542 - Controle Ambiental		
24 - GESTAO DA POLITICA DO MEIO AMBIE		
1.029 - CONSTRUÇAO DE ATERRO SANITÁRIO		
	TOTAL GESTAO DA POLITICA DO MEIO AMBIE	0,00
37 - CONTROLE MELHORIA E PRESER. MEI		
2.037 - PRESERVAR O MEIO AMBIENTE		
	TOTAL CONTROLE MELHORIA E PRESER. MEI	0,00
	TOTAL Controle Ambiental	0,00
544 - Recursos Hidricos		
17 - MELHORIAS P/ O MEIO AMBIENTE		56.000,00
1.030 - CONST E/OU RECUPER. BARRAGENS		
	TOTAL MELHORIAS P/ O MEIO AMBIENTE	56.000,00
	TOTAL Recursos Hidricos	56.000,00
	TOTAL GESTAO AMBIENTAL	675.000,00
20 - AGRICULTURA		
601 - Promocao da Producao Vegetal		
18 - APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL		167.000,00
1.032 - AQUISIÇAO VEIC. MAQ. IMPLEM. AGRICULTURA		20.000,00
2.042 - MANUT. DE HORTAS E LAVOURAS COMUNITARIAS		
	TOTAL APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	187.000,00
	TOTAL Promocao da Producao Vegetal	187.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
20 - AGRICULTURA	
605 - Abastecimento	
18 - APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
2.039 - MANUTENCAO DA DIRE. DA AGRICULTURA	69.000,00
2.044 - ENCARGOS COM FEIRAS	100.000,00
2.087 - APOIO AO PEQUENO PRODUTOR	50.000,00
TOTAL APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	219.000,00
TOTAL Abastecimento	219.000,00
606 - Extensao Rural	
18 - APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
2.035 - MANUT. CONS DESENVOL. RURAL	18.000,00
2.040 - CONTRIBUIÇAO A AGENCIA RURAL	22.000,00
2.041 - TRANSFERENCIA AO SINDICATO RURAL	39.000,00
2.054 - MANUTENÇAO DO VIVEIRO DE MUDAS	16.000,00
TOTAL APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	95.000,00
TOTAL Extensao Rural	95.000,00
TOTAL AGRICULTURA	501.000,00
22 - INDUSTRIA	
661 - Promocao Industrial	
25 - INCENTIVO A INDUSTRIA E COMERCIO	
1.020 - CONSTRUÇAO E IMPLANTACAO DE POLO INDUSTRIAL	22.000,00
2.033 - ENCARGOS COM INCENT. A INDUSTRIA	61.000,00
TOTAL INCENTIVO A INDUSTRIA E COMERCIO	83.000,00
TOTAL Promocao Industrial	83.000,00
TOTAL INDUSTRIA	83.000,00
23 - COMERCIO E SERVICOS	
691 - Promocao Comercial	
25 - INCENTIVO A INDUSTRIA E COMERCIO	
2.034 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DESENVOLVIMENTO	326.000,00
TOTAL INCENTIVO A INDUSTRIA E COMERCIO	326.000,00
TOTAL Promocao Comercial	326.000,00
TOTAL COMERCIO E SERVICOS	326.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
24 - COMUNICACOES	
131 - Comunicacao Social	
7 - MELHORIA DO SERVIÇO PUBLICO	
2.011 - MANUT. DO SETOR DE COMUNICAÇAO	62.000,00
TOTAL MELHORIA DO SERVIÇO PUBLICO	62.000,00
TOTAL Comunicacao Social	62.000,00
TOTAL COMUNICACOES	62.000,00
25 - ENERGIA	
752 - Energia Eletrica	
16 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	
2.027 - MANUT. DOS SERV. DE ILUMINAÇAO PUBLICA	563.000,00
TOTAL SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	563.000,00
19 - MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	
1.017 - CONST. REDE DE ENER. IL. PUB.URB,	100.000,00
TOTAL MELHORIAS VIAS URBANAS E INFRA E	100.000,00
TOTAL Energia Eletrica	663.000,00
TOTAL ENERGIA	663.000,00
26 - TRANSPORTE	
782 - Transporte Rodoviario	
33 - MELHORIA TRANSPORTE RODOVIARIO	
1.022 - CONST. DE PONTES, BUEIROS E MATA BURROS	245.000,00
1.023 - ABERTURA ENCASCALHAMENTO PAVIMENTAÇAO ESTRADAS	144.000,00
1.033 - AQUSI. VEICULOS E/OU MAQ D.M.E.R.	389.000,00
2.032 - MANUTENÇAO DO D.M.E.R.	1.945.000,00
TOTAL MELHORIA TRANSPORTE RODOVIARIO	2.723.000,00
TOTAL Transporte Rodoviario	2.723.000,00
TOTAL TRANSPORTE	2.723.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I

R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALOR ORÇADO
27 - DESPORTO E LAZER	
812 - Desporto Comunitario	
15 - INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER	
1.007 - CONST. E/OU AMPL. DE CAMPO DE FUTEBOL	56.000,00
1.008 - CONSTR. REF. E AMPLI. DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	66.000,00
2.045 - MANUTENÇAO DO DESPORTO E LAZER	192.000,00
2.079 - CONTRIB. FINAN. AO ESPORTE AMADOR	189.000,00
1.058 - CONSTRUCAO DE QUADRAS DE AREIA	10.000,00
1.059 - CONSTRUCAO DE PISTA DE ATLETISMO	20.000,00
1.060 - CONSTRUCAO DE PISTA DE MOTOCROSS	10.000,00
1.061 - AQUISICAO DE TERRENO	10.000,00
TOTAL INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER	553.000,00
TOTAL Desporto Comunitario	553.000,00
813 - Lazer	
15 - INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER	
1.034 - CONSTRUÇAO DE CLUBE MUNICIPAL	56.000,00
TOTAL INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER	56.000,00
TOTAL Lazer	56.000,00
TOTAL DESPORTO E LAZER	609.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
999 - Reserva de Contingencia	
34 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
2.065 - RESERVA TECNICA	222.000,00
TOTAL RESERVA DE CONTINGENCIA	222.000,00
TOTAL Reserva de Contingencia	222.000,00
TOTAL RESERVA DE CONTINGENCIA	222.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	50.000.000,00

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 596.430.211-49

NADIA RIBEIRO MACHADO
CONTROLE INTERNO
CPF: 995.056.651-72

ORLANDO SILVA NAZIOZENO
PREFEITO
CPF: 191.757.521-15

ILDEVANDO JOSE DE PAULA
CONTADOR
CPF: 076.351.761-53